



NEXOS PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO LUGAR RURAL – POTENCIALIDADES E DESAFIOS

LOS NEXOS PARA PENSAR EN EL DESARROLLO LOCAL DEL LUGAR RURAL – POTENCIALES Y RETOS

Cícero Bezerra da Silva – UFS – Aracaju – Sergipe – Brasil
cicerogeografia016@gmail.com

RESUMO

O escrito tem como objetivo promover uma discussão de aprofundamento teórico, enfocando o contexto que compreende os nexos entre as temáticas do desenvolvimento e do desenvolvimento local, com ênfase no lugar rural. Busca-se apresentar, também, as potencialidades e os desafios inerentes à possibilidade de desenvolvimento local no lugar-rural, pensado como espaço de singularidades e de relações culturais produzidas historicamente. Na contemporaneidade, as espacialidades rurais e cidades-urbanas, tomadas para além de suas diferenciações, compreendem espaços de relações complexas e de usos diversos, quase sempre determinados pelo modelo econômico dominante. O lugar, nesse sentido, não está isento desses determinantes e se faz e refaz pela relação escalar do lugar-mundo sem que, para tanto, perca suas singularidades, marcas comuns a eles e que lhes atribuem forma e sentido. Conclui-se considerando que essas formas e esses sentidos que se materializam em saberes e fazeres, historicamente amalgamados à cultura e à identidade locais, podem constituir-se em importante subsídio no processo de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Lugar. Ruralidades. Potencialidade. Contradições.

ABSTRACT

El objetivo del trabajo es promover una discusión de profundización teórica, centrada en el contexto que comprende los vínculos entre el tema del desarrollo y el desarrollo, local en las zonas rurales. También busca presentar las potencialidades y desafíos inherentes a la posibilidad de desarrollo local en el ámbito rural, concebido como un espacio de singularidades y relaciones culturales producidas históricamente. En la actualidad, las espacialidades rural y ciudad-urbana, pensadas más allá de su diferenciación, comprenden espacios de relaciones complejas y usos diferentes, casi siempre determinados por el modelo económico dominante. El lugar, en este sentido, no es insecto de estos determinantes y está hecho y rehecho por la relación escalar del lugar-mundo sin, para ello, perder sus singularidades, marcas comunes a estos y que les dan forma y significado. Concluye considerando que estas formas y significados que se materializan en saberes y prácticas, históricamente amalgamados con la identidad cultural y local, pueden constituir un importante subsidio al proceso de desarrollo local.

Palabras-clave: Desarrollo. Sitio. Ruralidades. Potencialidad. Contradicciones.

INTRODUÇÃO

A complexidade de organização das diversas sociedades sobre o espaço, na contemporaneidade, tem colocado cada vez mais em evidência a necessidade de (re)pensar os fundamentos de uso do espaço, as estratégias de apropriação dele e os arranjos que configuram a organização sociocultural de determinadas espacialidades, suas dinâmicas, suas escalas, suas sociabilidades e, de tal maneira, os modos de relacionamento do homem com seus espaços, com os lugares de vida.

A emergente necessidade de pensar os lugares de vida como fundamento à leitura do mundo rural¹ tem se apresentado, nas últimas décadas, como um importante paradigma nas ciências sociais e, de modo particular, na ciência geográfica. Ao focar as relações espaciais, inserindo no âmago do desenvolvimento o contexto e o sentido das vivências, estão sendo delineados os caminhos para a suplantação de processos históricos de nivelamento das experiências e da homogeneização dos territórios.

Amarta Sen (2000), ao focar o chamado “desenvolvimento com liberdade”, evidencia que a consideração dos aspectos socioterritoriais e, por conseguinte, culturais deve fundamentar a leitura de propostas de desenvolvimento. É nesse sentido que o desenvolvimento não deve se pautar apenas nos aspectos técnico-formais, econômicos e ambientais do território. Esses elementos, associados aos aspectos intangíveis – a exemplo das questões culturais, identitárias, das territorialidades e dos modos particulares de usos do território – devem constituir o amálgama do desenvolvimento e, portanto, do desenvolvimento local.

A esse respeito, Saquet e Briskievicz (2009) propõem considerar as territorialidades e as identidades como patrimônios inerentes aos processos de desenvolvimento. Essa consideração está pautada nas relações do cotidiano, no saber fazer e nos laços de proximidade que caracterizam “[...] os modos de produção agrícola, elementos da vida cultural e associações de ajuda mútua [...]” (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p. 11).

¹ Não se tem por pretensão adentrar os fundamentos teóricos que diferenciam rural e urbano, tampouco discutir processos de coexistência de formas e conteúdos que se sobrepõem entre ambas as realidades colocadas. O propósito é deter-se, sobremaneira, aos aspectos que em um contexto histórico caracterizam a vida no campo.

Mediante esses apontamentos, o presente texto tem por objetivo promover uma discussão de abordagem teórica enfocando os elementos intangíveis do mundo rural como fundamentos à promoção do desenvolvimento local. Para tanto, dá-se ênfase ao contexto da diversidade cultural e identitária que caracteriza e atribui forma e sentidos a determinados territórios/lugares.

Para a realização da discussão, o texto está organizado em três momentos, que se seguem a esta introdução, mais as considerações finais. No primeiro momento, é apresentada uma discussão acerca do temário desenvolvimento associado ao contexto das dinâmicas globais que se reverberam no local como elo do lugar-mundo. No segundo momento, contextualizam-se as concepções de desenvolvimento local, evidenciando fenômenos endógenos e exógenos. Já no terceiro momento, abordam-se as potencialidades e contradições do desenvolvimento local pensado pela perspectiva do lugar rural, e, finalmente, finaliza-se a discussão com as considerações finais a respeito das análises desenvolvidas.

UMA CONCEPÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A (re)configuração espacial que tem emergido nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos de 1970, tem colocado em evidência a crescente transformação e as dinâmicas dos espaços urbano e rural. Essa (re)configuração espacial, associada ao contexto do pós-guerra (PORTO-GONÇALVES, 2004), se delineou pela ordem hegemônica do capital que, de modo ainda mais acentuado, provocou profundas mudanças nos modos de vida em espacialidades tanto no ambiente urbano, no círculo das cidades, quanto no ambiente rural (RIGNALL; ATIA, 2017). Modos de vida foram e continuam sendo suplantados e condicionados a um modelo global de nivelamento das experiências, fator elementar no aprofundamento dos condicionantes de desigualdade social nas mais distintas sociedades.

Esse nivelamento das experiências, associado à conjuntura social das desigualdades, é, para David Harvey (2003) e Virgínia Fontes (2010), o baldrame sintomático da chamada acumulação por espoliação, a qual, em sua fase atual, é percebida, entre outros casos/exemplos, pelo crescente processo de financeirização do

território, pela adoção de pensamentos e práticas neoliberais, pela supressão de formas alternativas de produção, pela apropriação e/ou privatização dos recursos naturais e por expropriações outras. A esse respeito, Harvey (2003, p. 124) é categórico ao considerar que “[...] a acumulação por espoliação pode ocorrer por uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais”.

No tocante a essa configuração política assentada em práticas de supressão social, Vargas (2009, p. 195) assinala que “[...] las políticas neoliberales han derivado en América Latina, una modificación profunda de las estructuras territoriales, sobre todo en lo rural, al transformarse las formas de tenencia de las tierras [...]”. E considera ainda que “[...] esto conlleva a un proceso de des-configuración de grupos de campesinos agricultores, ocasionando cambios en los patrones socioculturales y en los modos de vida de campesinos y ciudadanos” (VARGAS, 2009, p. 195).

Essas considerações são importantes para se delinear a compreensão de que esse modelo global de homogeneização promoveu as relações locais dos lugares rurais e urbanos a uma condição de “nó” de intersecção com fenômenos mundiais e que o contexto das concepções de desenvolvimento não é díspar nessa dinâmica de mundialização do lugar-mundo.

Dado o exposto, a contribuição de Ana Fani Carlos (2007, p. 14) é basal ao considerar que “[...] o lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial e a especificidade histórica do particular. Deste modo, o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta”.

Há, nessa acepção, um *contínuo* de relações que estão em constante interação. Ou seja, o lugar está no mundo e o mundo está no lugar. Outrossim, Carlos (2007, p. 14) corrobora mais uma vez, endossando que “[...] o mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anularem-se as particularidades”. Como condição do próprio modo singular de reprodução da vida e do espaço, essas particularidades se inscrevem como movimentos do cotidiano, produzidos e reproduzidos culturalmente no âmbito das tradições e das vivências.

É nesse sentido que a escala do lugar não está alheia ao contexto político e econômico em voga, estando eminentemente relacionado aos movimentos de ascensão teórica que, a partir da segunda metade do século XX, passaram a conceber o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como processos autônomos (FURTADO, 1974; MOTA, 1995). Em outros termos, o subdesenvolvimento passou a não mais ser considerado uma etapa do desenvolvimento, isto é, “[...] o desenvolvimento dos países pobres passa a ser visto não mais em comparação somente aos países ricos, mas decorrente de causas locais e específicas” (PRATES; VALADÃO, 2018, p. 306).

Essa concepção de desenvolvimento se distanciou do contexto paradigmático das escolas de pensamento econômico dos países desenvolvidos que, em suma, delegavam uma leitura processual do desenvolvimento como um alvo-objetivo a ser alcançado pelas nações pobres. No contexto latino-americano, Celso Furtado (1920-2004) foi um dos principais estudiosos que se opuseram a essa realidade colocada, dedicando-se à análise das causas específicas locais, sem desligá-las das relações externas da escala lugar-mundo. Mendes e Teixeira, ao versarem sobre a obra de Furtado, evidenciam que:

Celso Furtado é o autor que primeiro abordou de maneira efetiva a questão estrutural como limitadora do desenvolvimento brasileiro, considerando os papéis das desigualdades regionais e do mercado interno no contexto. Sua importância não se restringe ao aspecto teórico, com seu método próprio de análise, mas também, em termos práticos [...] (2004, p. 9).

Ainda nesse contexto, o fundamento do pensamento de Furtado sobre o desenvolvimento, ou sobre o subdesenvolvimento, reside, essencialmente, na percepção de que o crescimento econômico de um país ou uma região, por exemplo, não implica o desenvolvimento de sua população, ou seja, dos povos que compõem suas respectivas espacialidades. Pelo contrário, esse crescimento pode aprofundar as desigualdades, já que o crescimento econômico está contido nas estruturas de poucos, de uma elite dominante (FURTADO, 1986; 2003). Em síntese, crescimento econômico não implica desenvolvimento, e essa leitura explicaria a condição do Brasil e suas assimetrias.

PENSAR UMA ESCALA PARA O DESENVOLVIMENTO: O LOCAL

Ao refletir sobre as escalas no contexto do desenvolvimento, Schumacher (2010, p. 179) considera que “o desenvolvimento não pode ser um ato de criação, não pode ser encomendado, comprado ou planejado em termos globais”. O que se coloca é a necessidade de se pensar as especificidades escalares como condição não homogeneizadora e que podem ser visualizadas a partir de escalas específicas e bem definidas, envolvendo processos e realidades diversos.

Por tal motivo, o desenvolvimento não pode acontecer pelo nivelamento das experiências dos lugares com o mundo, mas sim a partir do próprio contexto local, considerando as amarras e os baldrames das estruturas sociais internas e externas que as caracterizam e que historicamente atribuem formas e sentidos ao território, ao lugar. Nesse âmbito, o desenvolvimento local pode ser caracterizado, entre outros aspectos, pela possibilidade de:

[...] considerar as próprias chances efetivas e emancipadoras de transformações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e ambientais, rompendo com as amarras internas e externas que o prende aos estados tradicionais de pobreza e mazelas sociais. [...] O desenvolvimento local deve ter como objetivo principal o aprimoramento dos laços comunitários e solidários existentes localmente, sendo a solidariedade o pilar central da autoprodução da comunidade (PRATES; VALADÃO, 2018, p. 309).

Em consonância, Fábio Pollince (2010) considera como elementos estruturantes do desenvolvimento local ou desenvolvimento endógeno o próprio sentimento de pertença ao e de identificação com o território. Ele argumenta o seguinte:

O desenvolvimento endógeno é quase sempre a expressão de uma forte identidade territorial. O sentido de pertença representa um dos fatores determinantes do desenvolvimento local; o território como espaço de pertença torna-se um produto sentimental, social e simbólico, em que são baseados os desenvolvimentos das identidades locais retrospectivas e prospectivas. A identidade territorial, portanto, desempenha um papel estratégico nas políticas de desenvolvimento local, como sugerem aqueles mecanismos de identificação que são adotados pelos atores locais (POLLINCE, 2010, p. 6).

E acrescenta:

O território pode ser entendido como aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, cuja especificidade – entendida como diferenciação do entorno geográfico – descende do processo de interação entre esta comunidade e o ambiente [...] (POLLINCE, 2010, p. 8).

Essas considerações revelam o amálgama existente entre o desenvolvimento local e as relações identitárias e de pertencimento que conformam o lugar e o território dos sujeitos. Há, nesse sentido, profícuas relações de identificação e proximidade com o lugar e com os sujeitos que o compõem. Essas relações fundamentam o próprio sentido do desenvolvimento local e caracterizam os modelos estratégicos de promoção de um estado de bem-estar para a comunidade ou o grupo social.

O desenvolvimento local, em sua estruturação, divide-se em desenvolvimento local endógeno e desenvolvimento local exógeno. Ambas as concepções devem ser compreendidas pelo envolvimento participante direto dos sujeitos locais. Ou seja, qualquer que seja a perspectiva de desenvolvimento local, a participação dos sujeitos do lugar é o fundamento mais característico e que mais atribui sentido ao processo.

O desenvolvimento local endógeno tem como principal característica a iniciativa dos próprios sujeitos reunidos em comunidade. Nessa concepção, o nexa reside no processo de tomada de decisões para a promoção da condição de bem-estar associado à busca por objetivos comumente estabelecidos. Para Prates e Valadão, “[...] o desenvolvimento local endógeno é concebido por meio da própria comunidade” (2010, p. 309), isto é, se levam em consideração as próprias capacidades locais para atenuar determinadas condições que ali vigoram.

Nesse tipo de processo, como já evidenciado, os laços de proximidade, as relações familiares, a solidariedade coletiva, a criatividade e o aproveitamento das condições locais e das tecnologias envolvidas se firmam como os elementos de sustentação para o desenvolvimento endógeno. O nível de organização da comunidade, nessa perspectiva, é o elemento mais marcante e definidor de todo o processo. A esse respeito, é fundamental levar em consideração que:

Os fatores endógenos do desenvolvimento local constituem-se daqueles potenciais dinamismos [*sic*] e forças tanto individuais, familiares e coletivos quanto físico-ambientais, presentes explícita ou implicitamente no cotidiano de cada comunidade localizada (RUAS; BITTAR, 2004, p. 56).

Ruas e Bittar (2004, p. 46) exemplificam alguns elementos que caracterizam os fatores endógenos do desenvolvimento local, dentre os quais se destacam: “[...] a identidade social, cultural, a diversidade de funções individualizadas, muitas das quais, isoladamente, mal garantem a sobrevivência individual ou familiar [...]”. É nesse contexto que se acentua o papel da coletividade e dos laços de solidariedade constituintes das localidades e dos indivíduos.

No caso do desenvolvimento local exógeno, são consideradas todas as particularidades do desenvolvimento local endógeno, mas associadas ao contexto interventivo dos “de fora”, ou seja, de órgãos, sujeitos e/ou instituições que busquem, em comum acordo com a comunidade local, promover o bem-estar e, por conseguinte, o próprio desenvolvimento.

Para Vicente Ávila (2000, p. 72), o desenvolvimento sob a perspectiva de fatores exógenos está associado a “[...] quaisquer agentes externos que se dirigem a comunidade localizada para promover as melhorias de suas condições de vida com a participação ativa da mesma”. Aportados nessa mesma leitura dos fatores externos promotores do desenvolvimento local, Prates e Valadão (2018) reafirmam a importância da participação, do envolvimento e do consentimento da comunidade local nesses processos de desenvolvimento e envolvimento locais.

Nesse caso, por exemplo, a promoção do desenvolvimento pode ter na figura do Estado, dos grupos de pesquisa e das universidades o seu principal agente e a força propulsora das estratégias de desenvolvimento, conforme bem observado por Chiarini e Vieira (2012). A associação entre o conhecimento técnico e as especificidades e os conhecimentos locais ancorados na ideia basilar do envolvimento dos sujeitos se revela como fatores elementares a uma possível promoção do desenvolvimento em escala local.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA O LUGAR RURAL

Para além do crescimento econômico, o desenvolvimento local se dá pela valorização e pelo “[...] alargamento das capacidades individuais [e coletivas] das pessoas de um determinado território” (PRATES; VALADÃO, 2018, p. 8). Ocorre um processo de potencialização valorativa das condições e tecnologias locais que podem subsidiar mudanças nas condições de vida e nos indicadores sociais locais e, por conseguinte, regionais.

O uso de práticas criativas que subsidiem a melhoria nas condições da vida e a promoção do bem-estar e que podem estar associadas ao conhecimento e à assistência técnica dos “de fora” se constitui um mecanismo importante para a promoção do desenvolvimento local.

No lugar rural, especificamente, a valorização da cultura local, das identidades historicamente construídas e das relações de territorialidade se conformam como estruturas de permanência nos lugares de vida. Ou seja, ocorre, nessa configuração socioterritorial, a manutenção dos saberes, do fazer e das práticas tradicionais herdadas como heranças que caracterizam determinados lugares e sujeitos.

Essas práticas, observadas tantas vezes nas relações camponesas, nos usos da terra, no “fazer” artesanal, na confecção de cerâmicas, na culinária, nos festejos e nos cultivos de determinadas culturas agrícolas, são potencialidades que historicamente subsidiam a reprodução social nos lugares de vida no mundo rural e que, quando valorizadas, representam a expressão materializada do desenvolvimento local.

Como elementos de reprodução social, essas heranças, expressas pelos modos de vida, estão circunscritas ao contexto das identidades individuais e coletivas. As identidades, sejam elas culturalmente produzidas ou criadas no cerne das relações territoriais, são, pois, as marcas do lugar, do território, do próprio modo de reprodução da vida e das relações estabelecidas entre os grupos e seus espaços de atuação.

As festas rurais (figuras 1 e 2, a seguir), sobremaneira caracterizadas dentro dos sentidos das “novas ruralidades” (SILVA; GROSSI, 1996; CARNEIRO, 1998; VARGAS, 2009), emergem como importante subsídio ao conhecimento e à valorização da cultura e de práticas locais e regionais entre os sujeitos do lugar e os “de fora”, aqueles que

chegam. Essa interação, dado o contexto da governança participativa, pode fundamentar laços de proximidade e expansão das potencialidades locais.

Figura 1: Festa do Umbu, zona rural de Região Parnamirim, sertão de Pernambuco



Fonte: Lídio Pereira, 2019.
Acesso em: 10 jul. 2020.

Figura 2: Festa junina, festejo típico da Região Nordeste, muito difundida em todo o país



Fonte: Acervo TV-Jornal/PE.
Acesso em: 10 jul. 2020.

O turismo nos locais rurais e de base comunitária (figuras 3 e 4, a seguir) que permita o conhecimento e o reconhecimento das práticas e da cultura, de processos de experiências cotidianas, de degustação culinária, de trilhas ecológicas guiadas, de passeios, de saídas de/para o campo etc. é uma prática crescente em todo o mundo rural. Associadas à gestão participativa, aos incentivos técnicos e ao respeito à cultura local e ao contexto ambiental e ecológico, essas práticas têm sido firmadas como instrumentos de promoção da melhoria das condições de vida e da valorização territorial/local.

Figura 3: Oficina sobre turismo de base no comunitária – Barra de São Manoel (AM) (AM)



Fonte: WWF-Brasil.
Acesso em: 10 jul. 2020.

Figura 4: Turismo de pesca e aventura espaço rural, Barra de São Manoel



Fonte: WWF-Brasil.
Acesso em: 10 jul. 2020.

O fortalecimento da produção pelos laços de proximidade e, também, da comercialização dos produtos locais, suplantando as barreiras de atravessadores e de terceiros que por tantas vezes se apropriam das riquezas locais, subordinando as comunidades à lógica de mercado, é um importante mecanismo para a promoção do desenvolvimento. Em geral, esse tipo de prática se caracteriza pela ineficiência do Estado em identificar e atuar junto à comunidade (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009), buscando soluções conjuntas para esse tipo de dano, de impacto.

E, finalmente, aprofundar as discussões para Indicações Geográficas de produtos (IGs) que tenham em sua essência a cultura e a identidade locais: “A Indicação Geográfica é um meio de valorizar e proteger juridicamente uma região reconhecida por produzir um produto singular e especial que possui um ‘saber fazer’ local característico e uma qualidade diferenciada” (FERREIRA; SANT’ANA, 2017, p. 2017). Esse é um elemento importante, pois, além de valorizar e divulgar a cultura de determinados lugares e regiões, pode promover transformações significativas nos modos de vida, possibilitando a manutenção das comunidades e, conseqüentemente, a reprodução social e cultural.

Há, ainda, que se ressaltar as contradições que estão associadas ao próprio contexto das estratégias de desenvolvimento local. Essas contradições dizem respeito

aos desafios enfrentados tanto no mundo rural quanto nas práticas citadinas. Isso ocorre, como já abordado anteriormente, pelo fato de que o lugar não está isento das relações hegemônicas do sistema econômico dominante. Além disso, as próprias relações locais podem sofrer distorções e divergências decorrentes de interesses unilaterais internos e externos.

As dificuldades de afirmação do lugar e dos sujeitos como detentores de saberes e fazeres típicos, tradicionais, a apropriação do capital social e cultural por agentes políticos, pelo discurso do empreendedorismo e por empresas de turismo e lazer, caracterizam algumas das contradições e dos desafios que circundam o próprio nexos do desenvolvimento local.

Atenção especial deve-se ter, ainda, para os instrumentos e sujeitos que buscam promover a “venda da cultura”, subordinando as bases intangíveis dos lugares de vida a uma lógica mercadológica, distorcendo valores culturalmente construídos.

Além disso, a ineficiência do papel do Estado como principal agente promotor do desenvolvimento deve ser questionada. Essa atuação deve, ainda, estar associada à melhoria nas condições de acessibilidade local, à construção e manutenção de vias de acesso, à possibilidade de acesso ao mercado consumidor, à fiscalização de atravessadores e à manutenção das necessidades básicas dos lugares, principalmente no que se refere à educação, à saúde, à segurança e aos demais direitos básicos garantidos na Carta Magna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consideração do desenvolvimento e, por conseguinte, do desenvolvimento local na contemporaneidade implica considerar o local pela complexidade do lugar-mundo e pela inserção dele – o local – nas cadeias de reprodução do próprio sistema econômico dominante. Todavia, ao se considerar o lugar dessa forma, não significa, de modo algum, promovê-lo a um processo de nivelamento das experiências característico da homogeneização de saberes, de fazeres e das experiências. Mesmo o lugar estando no mundo e o mundo no lugar, estes, cada um à sua maneira, são singulares, preservam e materializam especificidades que lhes são singulares.

As considerações teóricas apresentadas no decurso do artigo evidenciam uma perspectiva de desenvolvimento local, entre tantas outras, que se fundamenta na promoção das relações de bem-estar, nos laços de proximidade e na solidariedade coletiva, constituindo-se em importante embasamento para se pensar as estratégias de reprodução social em determinadas localidades. Analisada para além das leituras do crescimento econômico, as bases de sustentação do desenvolvimento local associam-se aos fundamentos das especificidades locais e do contexto cultural de lugares e sujeitos.

No lugar rural, a promoção do desenvolvimento consiste na possibilidade de potencialização das práticas cotidianas já desenvolvidas. Não se trata, pois, da canalização cultural dos saberes e fazeres para o mercado consumidor, mas sim de promover, segundo o envolvimento, o consentimento e a gestão coletiva do lugar, a melhoria nas condições de vida e a valorização endógena e exógena das especificidades locais. Além disso, a própria concepção de desenvolvimento local aponta para a necessidade de preservação e manutenção desses mecanismos, sejam eles tangíveis ou intangíveis.

O decorrer da discussão aponta, ainda, a possibilidade da associação direta entre elementos endógenos e exógenos na promoção do desenvolvimento local, ou seja, enfatiza-se o processo de interação entre grupos, comunidades e/ou sujeitos associados ao contexto participativo de agentes interventivos e que não fazem parte do cotidiano da realidade local. Essa associação entre elementos endógenos e exógenos, em comum consideração, pode possibilitar a suplantação de indicadores sociais e das formas de desigualdade e miséria na realidade local.

No contexto interventivo exógeno, há que se destacar a figura do Estado, já que em sua macroestrutura consegue chegar e intervir no local como condição do lugar-mundo. Seu papel, sobremaneira, deve, ou ao menos deveria ser o de atenuar, intervir e sanar as necessidades elementares da população com ênfase ao combate das desigualdades estruturantes que tendem a cercear as potencialidades do desenvolvimento e, portanto, da promoção do bem-estar social.

Paradoxalmente a esse papel de promoção do bem-estar, é fundamental considerar que as ações interventivas do Estado, em maior ou menor grau, de acordado

com a realidade considerada, tendem a um crescente movimento de desarticulação das estruturas locais, ao passo em que há a promoção de discursos indutores da insuficiência dos arranjos econômicos locais, das estruturas tradicionalmente construídas e da não consideração das práticas endógenas. Ocorre, nesta acepção, a ampliação dos processos de nivelamento das experiências acarreados pela suplantação das culturas locais e de subordinação delas ao mercado e aos grupos mais dominantes. Mediante esse cenário, o Estado deixa de potencializar o desenvolvimento e passa atuar no processo de desarticulação do local e de suas relações.

Destarte, ocorre que as potencialidades que atribuem sustentabilidade as perspectivas do desenvolvimento local, são práticas e relações historicamente arraigadas aos modos de vida e, portanto, ao próprio processo de reprodução social, conforme consideramos ao longo desse texto. Comumente, se caracterizam pela relação direta com a cultura, identidade e pela ressignificação de conhecimentos historicamente produzidos no cerne da comunidade ou do grupo envolvente. Os nexos que conformam as potencialidades do desenvolvimento local compreendem, também, as marcas do pertencimento e do enraizamento aos lugares onde a vida se faz, e são responsáveis pela materialização das condições necessárias à manutenção da vida e à permanência no lugar e, por conseguinte, no lugar rural.

Finalmente, cabe ponderar que as considerações teóricas apresentadas ao longo desse artigo conformam a possibilidade de pensar o desenvolvimento local no lugar rural, considerando-se não apenas as possibilidades e potencialidades, mas, também, os desafios circunscritos ao contexto do desenvolvimento. Para tanto, buscou-se atribuir ênfase às relações socioculturais e às singularidades apresentadas como mecanismo de reprodução social. Tal ênfase/escolha foi direcionada pela observação de que muito se tem produzido sobre o desenvolvimento e suas relações com o local, todavia, a consideração dos fundamentos culturais e das singularidades locais ainda carece de maior aprofundamento, quiçá, de visibilidade.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, out. 1998.

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira. Universidades Como Produtoras de Conhecimento Para o Desenvolvimento Econômico. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, 2012.

FERREIRA, Adriana Cristina Reis; SANT'ANA, Cristiano de. **Guia da Indicação Geográfica Sul da Bahia**. Ilhéus/BA: Editora PTSB, 2017.

FESTA DO UMBU. **Sexta Edição da Festa do Umbu em Parnamirim, PE**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2019/04/03/sexta-edicao-da-festa-do-umbu-sera-realizada-neste-final-de-semana-em-parnamirim-pe.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, Editora UERJ, 2010.

FURTADO, Celso. **Lançamento dos Indicadores do séc. XX**. (Entrevista). Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 21. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1986.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MENDES, Constantino Cronemberger; TEIXEIRA, Joanelio Rodholpo. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro: uma releitura das Contribuições de Celso Furtado**. Brasília: IPEA, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. A cultura política da crise dos anos 1990. In: _____. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo, Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Elis Regina Silva dos Santos; SANTOS, Leide Maria Reis dos; SANTIAGO, Márcia Maria Santos. Novo Rural: as interfaces das potencialidades locais. In: CARVALHO, Diana

Mendonça; COSTA, José Eloízio da; MENDES, Marcelo Alves. (Orgs.). **Aspectos do Mundo Rural e do Desenvolvimento no Nordeste**. São Cristóvão – SE: Editora da UFS, 2019.

POLLINCE, Fábio. O Papel da Identidade Territorial nos Processos de Desenvolvimento Local. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 27, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 1, n. 1, 2004.

PRATES, Lucas Alves; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Desenvolvimento local do Povoado de Melancias frente às transformações do Norte de Minas Gerais. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 305-324, jan./mar. 2018.

RIGNALL, Karen; ATIA, Mona. **O rural global**: geografias relacionais da pobreza e desenvolvimento desigual. Disponível em: <https://translate.googleusercontent.com/translate>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RUAS, Claudia Mara Stapani; BITTAR, Mariluce. A comunicação alternativa como estratégia de desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande: UCDB, v. 6, n. 9, p. 51-57, set. 2004.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SCHUMACHER, E. F. **O Negócio é Ser Pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SEN, Amarta. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo del. **O Novo Rural Brasileiro**. Porto Alegre: IE/Unicamp, 1996.

TV JORNAL – PERNAMBUCO. **Fotografia, Fogueira Junina**. 2020. Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/2020/06/06/prefeitura-do-recife-proibe-venda-de-fogueiras-e-fogos-no-sao-joao-2020-189722>. Acesso em: 10 jul. 2020.

VARGAS, Sandra Bibiana. Ruralidades Emergentes y Dinámicas Territoriales: Nuevas Percepciones y Medios de Vida. **Eleuthera**, v. 3, ene./dic. 2009.

WWW.BRASIL. **WWF-Brasil promove intercâmbio sobre turismo com ribeirinhos do Rio Juruena**. 2020. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?uNewsID=41222#>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Cícero Bezerra da Silva - PhD student and Master by the Postgraduate Program in Geography at the Federal University of Sergipe - PPGeo / UFS, specialist in Methodology of Teaching Geography at the Cândido Mendes University (2017) and graduated in Geography degree at the State University of Alagoas (2016). He is currently a Researcher at the Research Group Society and Culture (UFS / PPGeo / CNPq) where he develops research in the area of Geography, with an emphasis on Human Geography, acting mainly on the following themes: place, territory, culture and identity. He is also a researcher at the Laboratory of Environmental and Cartographic Studies, linked to the State University of Alagoas (LEAC / UNEAL / CNPq), where he develops research in the area of socio-environmental studies in a semiarid environment.

Recebido para publicação em 04 de Setembro de 2020.

Aceito para publicação em 24 de Novembro de 2020.

Publicado em 21 de Dezembro de 2020.